

MEMÓRIA, SUBJETIVAÇÃO, RESISTÊNCIA E *FORA* EM FOUCAULT

Amanda Souza Ávila Lobo (UESB/BA)¹
Auterives Maciel Júnior (PUC/RJ; UVA/RJ)²

RESUMO: Num esforço de compreender a memória em Foucault, vislumbramos perceber como esta se apresenta na constituição dos modos de subjetivação, bem como na formação das resistências, a partir da apresentação da tripla raiz da problematização do pensamento foucaultiano, qual seja, as dimensões do saber, do poder e do si. Para tanto, procedemos a uma breve revisão bibliográfica buscando corroborar nossa hipótese de que há em Foucault uma crítica à memória metafísica em prol de uma memória do *fora*.

Palavras-Chave: Fora. Memória. Resistência. Subjetivação.

Memory, Subjectivation, Resistance and the *Outside* in Foucault

ABSTRACT: In an effort to understand memory in Foucault, we attempt to perceive how it is presented in the constitution of the modes of subjectivation, as well as the formation of resistance, in the triple root of the problematization of Foucault's thought, that is, the dimensions of knowledge, power and the self. Thus, we conducted a brief literature review seeking to support our hypothesis that there is in Foucault a critique of the metaphysical memory on behalf of a memory of the *outside*.

Keywords: Out. Memory. Resistance. Subjectivation.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Graduanda em Filosofia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Especialista em Memória, História e Historiografia também pela UESB; Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB). Bolsista FAPESB. E-mail: asgavila@gmail.com.

² Filósofo, Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ. Docente no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ) e no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB). E-mail: autermaciel@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Foucault se propõe a desenvolver um projeto *arquegenealógico*³ dos modos de subjetivação, apresentando em seus trabalhos uma implicação irreduzível e histórica entre o saber, o poder e o si na constituição das suas condições de possibilidade. Essas três dimensões do pensamento foucaultiano serão aqui explicitadas à luz da análise deleuzeana (1986), segundo a qual, a relação Ser-Saber se inscreve pelas formas que assumem o visível e o enunciável em dado momento, ou seja, pelas determinações históricas que definem o que se pode ver e falar; o Ser-Poder determina-se pelas relações de forças estrategicamente atuantes que definem o que se pode fazer, atrelando-se às normatizações da conduta; e o Ser-Si é determinado pelos processos de subjetivação, pelas dobras do pensamento, denominadas por Deleuze como dobras do *fora*⁴, que estabelecem o que se pode ser e a que se deve resistir, todos envolvidos numa singularidade histórica, de modo a constituir uma ontologia histórica do sujeito.

Dessa forma, ao referir-se ao sujeito, Foucault não trata de uma unidade substancial, mas das condições de possibilidade que permitem aos homens se posicionarem em determinados lugares, se aproximando da noção de sujeito configurada como prática e atrelada a uma temporalização da experiência. Com efeito, se não há sujeito substancial, há posições de sujeito que obedecem a códigos e regras que se estabelecem por acontecimentos discursivos e práticos na trama histórica. A subjetivação se dá, portanto, em torno daquilo que é possível saber, que é possível fazer e que é possível ser em determinada formação histórica, constituindo uma memória.

Do mesmo modo, em Foucault, os domínios de saber e dispositivos de poder não possuem demarcações focais e centralizadas, visto que são relações de forças em rede, atuando de modo estratégico e, enquanto tais, permitem criar configurações emergentes de novas condutas. Nesta perspectiva, o filósofo rompe com a hipótese repressiva do poder, que compreende este como fenômeno de dominação ou como posse, entendendo-o como relação de forças que inclusive pode

³ Sobre o método arquegenealógico foucaultiano compreende-se aquele que percebe de modo imbricado as relações de saber/poder na construção dos enunciados coletivos e modos de subjetivação. Significa dizer que percebe os discursos como monumentos, ou seja, enquanto produtos de um conjunto de saberes e práticas historicamente contextualizadas, trazendo em seu bojo uma crítica à pretensão em se alcançar um saber ou uma verdade totalizante e como gênese; de modo diverso, a arquegenealogia insere e problematiza as relações de **poder ou seja, de forças**, que corroboram para formação dos saberes, já que para o filósofo não há relação de saber sem relação de poder que o transforme em verdade e utilidade, bem como não há relação de poder sem relação de saber que o valide. Desse modo, os regimes de significância, de subjetivação e suas práticas são analisados de modo interdependentes, uma vez que atravessados por forças, às quais são atribuídas, historicamente, sentido e valor.

⁴A experiência do fora é constante em três autores contemporâneos: Blanchot, Foucault e Deleuze. Nesse trabalho priorizamos a abordagem foucaultiana, discutida por Deleuze em sua obra *Foucault* (1986) direcionada à fragmentação da unidade subjetiva ou seja, ao apagamento do sujeito enquanto unidade substancial. Para além disso, o fora aqui vai significar também aquilo que possibilita a reversão dos jogos de poder na construção do projeto ético/estético de existência. Aproveitamos o ensejo para esclarecer que para esse autor o fora não se confunde com exterioridade, nem com interioridade, haja vista não atrelar-se nem a um objeto nem a um sujeito, mas se apresenta enquanto impessoalidade. Para um estudo detalhado da experiência do *Fora* consultar também Tatiana Salem Levy em seu livro intitulado *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ser invertida. Dessa maneira, afastando-se da definição do poder como algo negativo, ou seja, aquilo que rejeita, exclui ou proíbe, vai pensá-lo como exercício produtivo e positivo, além de se mostrar difuso, desigual, mas imanente às relações de saber e, por conseguinte, aos processos econômicos, políticos, sociais e institucionais. Portanto, o poder em Foucault se mostra enquanto um jogo de forças em tensão constante, constituindo o caráter belicoso da historicidade da existência, de modo que onde há saber, há poder, mas há também resistências, já que a força afetada também pode afetar.

Destarte, a construção dos modos de subjetivação atrela-se aos modos de ação, sendo, portanto, processo modificável e plural, baseado na relação que o vivo estabelece consigo e com outras forças, a partir das verdades que lhe são atribuídas. Essas verdades são verdades no tempo, cujas práticas constituem e justificam a continuidade ou não entre o passado e o presente. Assim, a memória em Foucault se configura na relação do vivo com a história. Apesar de Foucault não desenvolver um trabalho sistematizado acerca da memória, este artigo tem por finalidade pontuar como esta se apresenta no desenvolvimento do seu pensamento, baseando-se em textos como *Nietzsche, a Genealogia e a História*, presente em *Microfísica do Poder* (1979), amparando-se, ainda, na obra *Foucault* (1986) do filósofo Gilles Deleuze. Entretanto, antes de adentrar na perspectiva da memória, apresentar-se-á de modo sucinto os três eixos da problematização do pensamento foucaultiano, quais sejam: as dimensões do saber, do poder e do si, já que se tem como hipótese que em todas elas existe uma denúncia da memória como ordenadora e de caráter metafísico em prol de uma perspectiva de memória do *fora*. Para tanto, focar-se-á mais particularmente em algumas passagens das obras *A Ordem do Discurso* (1970); *Vigiar e Punir* (1975); *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984); em textos e entrevistas presentes na obra *Ditos e Escritos IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade* (1994), tais como *O Jogo de Michel Foucault* (1977); *Sobre a Genealogia da Ética: um Resumo do Trabalho em Curso* (1984); *Michel Foucault, uma entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade* (1984), e o texto *Subjetividade e Verdade* (1981), presente na obra *Ditos e Escritos X: Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade* (1994).

1 PRIMEIRO EIXO DA PROBLEMATIZAÇÃO: A DIMENSÃO SER-SABER

Na primeira dimensão Ser-Saber, o filósofo se preocupa em discutir como os homens se constituem enquanto sujeitos de conhecimento, atrelados a uma determinada *epistème*⁵, mediados pelas singularidades históricas e vinculados a uma vontade de verdade. Apresenta como o homem se tornou produto dos saberes, tendo em vista ter nascido do processo de formação das ciências humanas, como efeito de uma transformação nos dispositivos fundamentais do saber. Ademais,

⁵ Sistemas conjunturais que determinam e são determinados pelas possibilidades discursivas.

denuncia as relações existentes entre as práticas discursivas e o poder, demonstrando que estas operam na história mutuamente.

Assim, em sua aula inaugural para o Collège de France (1970), Foucault tece considerações acerca do controle da produção discursiva pela sociedade, bem como das condições e exigências (externas e internas) para que se entre na ordem do discurso. No que tange aos procedimentos externos, demonstra a vontade de verdade como sistema de práticas de exclusão reforçadas por um suporte institucional, ressaltando que esta é suportada por uma rede social, ou seja, pelo “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2000a, p. 17). Por outro lado, no que se refere aos procedimentos internos, estes determinam as exigências para se estabelecer o domínio do verdadeiro no discurso, que também se impõe a partir de alguns princípios coercivos, como o comentário (ditos repetidos, reatualizáveis que se dá a partir de um discurso fundador), o autor (agrupamento do discurso como função que dá unidade à linguagem por meio de um jogo de identidade) e a disciplina (controla a produção do discurso, fixando-lhe regras e limites). Da relação destes procedimentos, tem-se a formação das estratificações que reúnem o ver e o falar numa unidade de compartilhamento comum, num esforço em justificar e naturalizar a significação discursiva, constituindo os regimes de verdade.

Dessa maneira, demonstrando como as verdades são constructos sociais, frutos de um conjunto de enunciados que determinam as regras de conservação e distribuição da produção discursiva, Foucault, distanciando-se das análises positivistas, rompe com a perspectiva histórica de um discurso universal e contínuo, bem como com a noção do sujeito consciente e originário, desenvolvendo um método de escavação dos diversos estratos e dados renegados nos discursos dos grandes relatos oficiais. Aproximando-se da analítica nietzschiana do sentido histórico, o filósofo percebe esse saber como perspectivo e que não recusa sua própria injustiça, de tal modo que em suas análises, realiza um trabalho de denúncia das universalidades:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (FOUCAULT, 2000a. p. 20).

Nesse sentido, implica dizer que ao conceber a verdade como invenção, Foucault realiza essa operação também com a memória, haja vista esta ser percebida como resultado das práticas de conservação social, configurando um domínio histórico temporal, atrelada a uma vontade de verdade. O trabalho arqueológico se apresenta como modo de desvelar a memória ausente ou rechaçada pela visão generalizada, tratando o discurso muito mais como *monumento* do que como *documento*, percebendo, por conseguinte, a história como uma singularidade, que se constitui por conflitos e

tensões, denunciando a arbitrariedade e a violência que atravessa a vontade de verdade ao longo do tempo.

Doravante, ao apresentar a noção de arquivo audiovisual, constituído da junção entre o que é visto e o que é dito, presente nas estratificações que compõem o jogo de verdade e de saberes que constituem uma determinada formação histórica, denuncia uma determinada concepção de memória dos estratos, atrelada a esse procedimento de controle discursivo, baseado em relações causais. Dito de outro modo, a crítica a essa codificação representativa se estabelece também com a apresentação da possibilidade de se pensar a disjunção entre o ver e o falar, introduzindo a noção de combate entre visibilidades e dizibilidades⁶. Quando afirma que o que se vê não se abriga no que se diz, ou seja, que não há necessária correspondência acordada entre ver e falar, Foucault denuncia a artificialidade dessa adequação, informa que o falar e o olhar não são operações espontâneas, mas condicionadas a partir de uma percepção histórica e contextualmente coordenada, subtrativa e interessada. Problematiza, assim, a construção desse arquivo, esgarçando o saber, quando apresenta a não-relação entre o dizível e o visível, tidos como formas não isomórficas, mas dessemelhantes e que, portanto, podem escapar a essa representação que liga as palavras às coisas. Sobre este ponto, salienta Deleuze (2013, p. 42-43) que entre um regime de luz e um regime de linguagem “há pressuposição recíproca [...] e no entanto não há forma comum, não há conformidade, nem mesmo correspondência”. Há um hiato, entre ver e falar,

[...] uma abertura, uma disjunção, mas disjunção das formas é o lugar, o “não-lugar”, diz Foucault, onde penetra o diagrama informal, para se encarnar nas duas direções necessariamente divergentes, diferenciadas, irreduzíveis uma à outra (DELEUZE, 2013, p. 47, grifos do autor).

É daqui que Foucault tira o essencial do que entende como fora da linguagem, isto é, o ser da linguagem, que consoante Levy (2011), não remete nem a um objeto, nem a um sujeito, mas que é impessoal, se configurando enquanto o próprio acontecimento daquilo que relata e que coloca em crise tanto a concepção de homem, como a de representação. Sobre este aspecto diz também Roberto Machado:

O ser da linguagem [...] aparece quando desaparece essa linguagem primeira, absoluta, imediata, mas ao mesmo tempo, muda, oculta – a Palavra de Deus, a Verdade, o Modelo – que toda obra de linguagem deve restituir, retraduzir, repetir, representar, e a linguagem, então, se volta para uma linguagem anterior – o já dito,

⁶ Essas questões são bem trabalhadas por Deleuze em sua obra *Foucault* (1986), mas também estão presentes na obra *A imagem-tempo* (1985), onde Deleuze trabalha as disjunções entre os signos óticos e sonoros na imagem cinematográfica. Neste momento, afirma que Foucault está bem próximo do cinema contemporâneo. Observamos esses aspectos em nossa dissertação de mestrado intitulada *Pensamento e memória em Cidade dos Sonhos* (2011), de David Lynch.

o rumor, o murmúrio de tudo o que foi pronunciado, as palavras acumuladas na história – com o objetivo principal de repeti-la, através de um movimento de destruição das palavras que liberta outras, incessantemente, indefinidamente, infinitamente (MACHADO, 2005, p. 110).

O *fora* da linguagem, então, se constitui como aquilo que escapa aos valores dados e institucionalizados de modo a parecerem naturais, transgredindo-os, ultrapassando, também, a noção de obra e autor (LEVY, 2011). Outrossim, é possível perceber que ao *rachar* as palavras e as coisas, Foucault rechaça o sujeito da fala destituindo-o enquanto unidade falante e interiorizada, afirmando o discurso enquanto acontecimento e não representação e, por conseguinte, estabelece também uma crítica à memória ordenadora e de cunho antropológico em prol de uma memória do *fora* baseada em descontinuidades e fissuras, realçando a diferença, que será melhor explicitada no tópico 4.

2 SEGUNDO EIXO DA PROBLEMATIZAÇÃO: A DIMENSÃO SER-PODER DA SOCIEDADE DISCIPLINAR

Para além desta codificação proporcionada pelo saber, há a normatização da conduta, realizada pelo poder, que configura o segundo eixo problematizado por Foucault, a dimensão Ser-Poder. Relacionado às relações de forças atinentes a normatizações comportamentais, pode ser verificado em *Vigiar e Punir* (1975), haja vista que ao apresentar a questão da tecnologia disciplinar para formação dos corpos dóceis socialmente e úteis economicamente, Foucault demonstra a formação da subjetividade enquanto objeto descritível e analisável, inserido numa conjuntura que organiza seu espaço, controla seu tempo, vigia e registra suas condutas. Segundo o filósofo, nesse contexto histórico das disciplinas, se constitui um complexo poder-saber, do qual emerge uma arte corporal que objetiva não só aumentar as habilidades, mas também manipular e controlar os elementos procedimentais: “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

Percebe-se que nesta lógica disciplinar os corpos relacionam-se com o tempo de forma teleológica, linear e evolutiva, distribuída em estágios e programas que os qualificam progressivamente, numa organização anátomo-cronológica do comportamento, na qual tem-se determinado um sentido, “uma direção, uma amplitude, uma duração [...]. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 146).

É nesse ínterim que Foucault apresenta o *exame* como dispositivo⁷ disciplinar que melhor explicita as relações do sujeito como fruto dos efeitos das técnicas de saber entrecruzadas com as de

⁷ Convém esclarecer aqui o conceito de dispositivo para Foucault que se configura enquanto “estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e suportadas por ele”. [...] É o dispositivo que permite separar, não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável” (FOUCAULT, 2014a, p. 47-48).

poder, principalmente pelo fato deste ser um investimento político que não se exerce apenas no nível da consciência, mas também naquilo que torna possível algum saber. Daí porque Deleuze irá afirmar que “entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro” (DELEUZE, 2013, p. 81). Ademais, diz Foucault, que superando a perspectiva do suplício e do apagamento do corpo presente nas formas de punição anteriores a essa sociedade disciplinar, é por meio do exame que torna desnecessário ao poder impor sua marca, bastando captar o sujeito num mecanismo de objetivação cerimonialista, cujo resultado é um arquivo minucioso constituído no nível dos corpos e dos dias que, por conseguinte, permite as análises comparativas. No exame:

[...] vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 2013, p.177-178).

Decorre daí a formação dos códigos que homogeneizam “os traços individuais estabelecidos pelo exame: código físico da qualificação, código médico dos sintomas, código escolar ou militar dos comportamentos e dos desempenhos” (FOUCAULT, 2013, p. 181). Diz o filósofo, que cercado das técnicas documentárias, o exame rever e minimiza o limite da individualidade descritível e faz dessa descrição um meio de controle e dominação, construindo uma memória arquivística que cria a ilusão de um sujeito, que deixa de ser monumento para o futuro e passa constituir-se enquanto documento para uma utilização eventual, no qual não há heroificação, mas um processo de objetivação e sujeição do ser a um “caso”. Aqui se estabelece uma relação utilitária e funcional com o passado, garantidora da perpetuação das relações de sujeição. Assim, segundo Foucault, as disciplinas marcam um momento de transição dos mecanismos de formação da individualidade, passando dos histórico-rituais aos científico-disciplinares,

[...] em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do *status*, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (FOUCAULT, 2013, p.184, grifos do autor).

Nesse contexto, o corpo é percebido como espaço de fragilidade que deve ser protegido, derivando, por conseguinte, as regulações do biopoder, cujo entendimento é de que a potência do corpo deve ser gerida e sua força preservada, resultando na constituição de um corpo social baseado na universalidade das vontades, produzido pela materialidade do poder exercido sobre o corpo dos

indivíduos, iniciando a coexistência da sociedade disciplinar com a de controle. Desse modo, no processo de formação dessa memória, assessorada por estas normatizações e regulamentações, há no homem uma docilização dos impulsos instintuais buscando favorecer e completar um trabalho de enquadramento social, desconsiderando singularidades. Todo esse regime justifica-se no sentido de forçosamente apaziguar as relações, o que para Foucault é ingênuo, já que para o mesmo a existência é combate, ou seja, é jogo de forças em luta constante.

Salienta-se que Foucault apresenta, neste ponto, a noção do poder relacionado ao jogo de forças atuantes em rede, ou seja, como “um feixe mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado de relações” (FOUCAULT, 2014a, p. 49), destacando um aspecto positivo deste, na medida em que ao estabelecer repressões, exclusões e censuras, também incita e produz realidade e rituais de verdade, já que todo este estudo em torno do humano possibilitou também a percepção de si enquanto ser de desejo. Consoante Deleuze, o poder em Foucault pode ser compreendido como um afeto que se exerce. Sobre este aspecto ele diz:

Um exercício de poder aparece como um afeto, já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças. Incitar, suscitar, produzir (ou todos os termos de listas análogas) constituem afetos ativos, e incitado, suscitado, determinado a produzir, ter um efeito “útil”, afetos reativos. Estes não são simplesmente a “repercussão” ou o “reverso passivo” daqueles, mas antes o “irredutível interlocutor”, sobretudo se considerarmos que a força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência (DELEUZE, 2013, p. 79, grifos do autor).

Assim, ao positivar o poder e alocá-lo enquanto força e afeto, Foucault abre espaço para se pensar as possibilidades de resistência em torno dele, conforme pode-se observar no próximo tópico.

3 TERCEIRO EIXO DA PROBLEMATIZAÇÃO: A DIMENSÃO SER-SI E A RESISTÊNCIA COMO POSSIBILIDADE ÉTICA/ESTÉTICA

Ainda sobre o aspecto da positividade do poder apresentada por Foucault tem-se que enquanto relação de forças, onde há poder há resistências, já que a perspectiva é de que a força afetada também se desloca e pode produzir novas forças. Nesse sentido é que a percepção do domínio de si só se fez possível devido ao investimento do corpo pelo poder. Destarte, nas palavras do filósofo,

[...] a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder [...]. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado (FOUCAULT, 2000b, p.146).

Dessa forma, a vida vai opor resistência ao poder quando este a toma como objeto ou como objetivo, partindo do interior do homem esta oposição. A resistência é, portanto, a chave da dinâmica

do poder, intrínseca a este e, faz-se necessário ressaltar, não é negação, mas se configura enquanto processo de criação e transformação, atrelando-se às forças afirmativas da vida:

O que a resistência extrai do velho homem são as forças, como dizia Nietzsche, de uma vida mais ampla, mais ativa, mais afirmativa, mais rica em possibilidades. O super-homem nunca quis dizer outra coisa: é *dentro do próprio homem* que é preciso libertar a vida, pois o próprio homem é uma maneira de aprisioná-la. A vida se torna resistência ao poder quando o poder toma como objeto a vida (DELEUZE, 2013, p. 99, grifos do autor).

Aqui acrescenta-se a terceira dimensão problematizada pelo filósofo, a dimensão Ser-Si, composta pelo aspecto ético do pensamento foucaultiano, que parece surgir com a relação agonística entre homens gregos livres, permitindo um vergar da força presente no processo de subjetivação⁸. Nesse contexto, o sujeito constitui a si mesmo referenciando-se em relação aos elementos que definem o código, elaborando um trabalho ético e prático efetuado sobre si próprio, moldando-se enquanto sujeito de sua própria conduta e não apenas conformando seu comportamento à regra. Consequentemente, é por meio do governo de si por si que se faz possível deslizar sobre as determinações do poder e constituir resistências. Salienta-se que não há aqui retorno ao sujeito fundante por parte de Foucault, mas a percepção das condições de possibilidade de se pensar a liberdade por meio das resistências, onde o si se apresenta como produto da subjetivação. Logo, o vivo deixando de se constituir apenas na imanência de práticas que o sujeitam, torna-se sujeito e objeto de si mesmo, denotando a subjetivação ética irreduzível aos mecanismos disciplinares do biopoder:

[...] é preciso conceber que a relação consigo é estruturada como uma prática que pode ter seus modelos, suas conformidades, suas variantes, mas também suas criações. A prática de si é um domínio complexo e múltiplo (FOUCAULT, 2014a, p. 223).

Outrossim, ao estabelecer o problema da diferença e da singularidade frente a identidade, a norma e as relações de poder que padronizam, Foucault apresenta que enquanto seres únicos, constituir-se requer um jogo de relações que são de “diferenciação, de criação, de inovação” (FOUCAULT, 2014a, p. 255), atrelando os conceitos de ética e de estética da existência entre si e ao cuidado de si. Por sua vez, o cuidado de si é retomado do termo *epimeleia heautou* desenvolvido por Foucault quando este tece considerações à obra o *Banquete*, de Platão, mormente ao personagem Alcebiades, indicando, consoante

⁸ Segundo Deleuze, em *Foucault* (1986), a subjetivação se caracteriza pela dobra das forças (internas e externas ao homem), ou seja, por meio da dobra exercida na tessitura do si (as forças do lado de dentro do pensamento) relacionado com o poder (as forças de fora). Vale aqui frisar que as forças diagramais de poder, são forças informes, virtuais, que embora constituidoras das condições de estratificações do saber, possuem também suas invaginações possibilitadoras de resistências. É a dobra do *fora* no lado de dentro, que significa criar modos de existência. Quanto a este *fora*, o próprio Deleuze, em *Conversações* (2013, p. 141), vai afirmar a dificuldade em se defini-lo, tendo em vista ele ser uma linha não abstrata, mas que também não possui contornos. São linhas que estão para além do saber e das relações de poder, que provocam o pensamento, o enfrentamento e o domínio de si e que aparecem em toda a obra de Foucault.

Revel (2005), o conjunto das experiências e das práticas elaboradas pelo sujeito e que o ajuda a transformar-se. Corresponde a um *ethos* que se mostra no exercício de uma ética exercida sobre si e extensiva aos outros. Assim, o filósofo assinala as técnicas de si, baseadas nos ensinamentos dos gregos, como uma atitude que singulariza a ação, permitindo que a subjetivação se dê não pela sujeição à norma, mas pela prática da *tekhne* de escolha livre e em função dos seus fins, onde governar-se se dá por meio de ações nas quais se é em si mesmo o objetivo, bem como se é o domínio sobre a qual elas se aplicam e o instrumento ao qual elas recorrem. Sobre este aspecto, diz Foucault:

A história do “cuidado” e das “técnicas” de si seria, pois, uma maneira de fazer a história da subjetividade: [...] não por meio da constituição dos campos de objetividade científica que dão lugar ao sujeito vivo, falante, trabalhador; mas pelo estabelecimento e pelas transformações em nossa cultura das “relações consigo mesmo”, com sua armadura técnica e seus efeitos de saber. E poder-se-ia assim retomar sob outro aspecto a questão da “governamentalidade”: o governo de si por si em sua articulação com as relações com outrem (FOUCAULT, 2014b, p. 351, grifos do autor).

Isto posto, tem-se aqui a concepção da estética existencial atrelada à formação de si enquanto obra de arte, que se encontra intimamente ligada a uma ética, que por sua vez atrela-se ao desenvolvimento do cuidado de si, possibilitando a execução de um conjunto de práticas de superação das determinantes sociais e a conseqüente constituição de si por novas estratégias existenciais de resistências. Nessa perspectiva, as experiências do passado, longe de indicarem um progresso e uma finalidade do sujeito, baseadas em consensos coletivos de ordenamentos, só são revisitadas numa perspectiva útil ao presente, visando uma reativação de forças, abertas a novas possibilidades existenciais. Foucault pensa essa relação temporal a partir do desenvolvimento do seu método genealógico, a seguir explicitado.

4 A MEMÓRIA DO *FORA* NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO – NOTAS PARA UMA CONCLUSÃO

Consoante Foucault, em sua análise acerca do método genealógico nietzschiano, neste não há pretensão de se recuar no tempo em busca da origem para dar à vida sentido e continuidade, mas demarcar a proveniência dos desvios, demonstrando que na raiz daquilo que somos não existe verdade e ser, porém, acidente. Dito de outro modo, para o genealogista não existem essências fixas, nem finalidades metafísicas, mas descontinuidades. Por esse mesmo motivo, ele busca os acontecimentos não nas profundidades misteriosas, mas na superfície das práticas superficiais, reconhecendo “que os significados profundos, as alturas inacessíveis da verdade, os interiores obscuros da consciência são, todos, artifícios” (DREYFUS/RABINOW, 2013, p. 143).

Por sua vez, essa proveniência diz respeito a uma questão fisiológica, já que é:

[...] sobre o corpo que se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização (FOUCAULT, 2000b, p. 22).

Nesse sentido, a genealogia também como método foucaultiano, consiste em restabelecer, no ponto de encontro entre o corpo e a história, o jogo de forças presentes nos diversos regimes de dominação, dando espaço, ademais, para a emergência do afrontamento. Saliente-se que o corpo aqui não é visto como uma estrutura fixa, mas como lugar constituído e marcado nas relações sociais operacionalizadas pelos jogos de saber e pelas práticas de poder. Por sua vez, reforça-se, essas relações de poder são diagramais, ou seja, embora não possuam formas como as relações de saber, mas se encontrem difusas nas ações, de modo virtualizado e capilarizado, se atualizam nas formas de saber, portanto, nas formações de uma memória arquivística. Dessa forma, saber (atual) e poder (virtual) se encontram interligados na dimensão do arquivo. No entanto, lembramos que se o poder se configura enquanto relação de forças, há a possibilidade de deslizar por elas a partir de uma relação com o *fora*. Deleuze vai afirmar que a possível saída dessa relação diagramática está em escorregar pelos limites do saber e do poder. O *fora*, então, irá se constituir como aquilo que se apresenta no nível do devir, enquanto forças informes, constituídas de afetos, que podem favorecer o pensar. Desta feita, se dá a passagem da memória estratificada ou arquivística para uma memória do *fora*, também vista como resistência.

Para explicitar essa possibilidade faz-se necessário perceber em Foucault a memória enquanto relação de forças que se inscreve no corpo e se exerce por afetos (ativos e reativos). Assim, a memória reativa, constituída de afetos ressentidos, ideais de fraqueza e culpabilidade, estabelece a negação de si. Destarte, Foucault apresenta quais são estes ideais de fraqueza e como eles constituem a memória, baseados em uma moral de rebanho que se esforça em uniformizar, conformar e saciar os indivíduos, minimizando sua condição de criação e diminuindo sua periculosidade, buscando aplacar as diferenças. Por conseguinte, tem-se uma denúncia da memória como um projeto social, cuja constituição se impõe pela força que opta por ressaltar determinados discursos e ideais gregários, desenvolvendo o sentimento de dívida:

[...], os homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força [...]. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. [...]. Falta, consciência, dever têm sua

emergência no direito de obrigação (FOUCAULT, 2000b, p. 25).

Entretanto, para Foucault, se o corpo é formado por esta série de regimes e ritmos e envenenado por hábitos e leis, ele também é criador de resistências, na medida em que supera esta metafísica da memória e constitui uma memória do *fora*, baseada em descontinuidades, demonstrando que o discurso não possui um sentido nato e que a vida não se ordena para uma dada finalidade, vez que se constituem por atravessamentos e tensões. Portanto, o filósofo pensa a história por acontecimento, o que significa perceber a inversão das forças, na qual uma dominante se enfraquece e a outra faz sua entrada mascarada, apoderando-se de forma violenta das regras já existentes, para curvá-las a uma vontade nova, adentrando um novo jogo, já que em si mesmas as regras são vazias, podendo ser burladas e, segundo o filósofo, o grande jogo da história será de quem se apropriar delas, “de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto” (FOUCAULT, 2000b, p. 25). Neste contexto, como já demonstrado anteriormente, apresentando o processo de subjetivação foucaultiano, Deleuze aponta que para o filósofo o ponto mais intenso da vida é aquele em que esta se choca com o poder, se debatendo contra ele e tentando utilizar suas forças. Neste processo é que se estabelece o rasgão, que não é mais o “acidente do tecido, mas a nova regra segundo a qual o tecido externo se torce, se invagina e se duplica” (DELEUZE, 2013, p. 105). Aqui se dá a relação consigo como domínio, como princípio regulador interno em relação com os outros e com os próprios valores, constituindo um afeto de si por si, numa relação agonística presente nesta vergadura do lado de *fora*, indicando que a subjetividade foucaultiana deriva do poder e do saber, entretanto não depende apenas deles, pois que a existência estética é uma regra facultativa. Vê-se, portanto, que é esse momento em que a vida choca-se com o poder e escapa às suas amarras, que se dá a relação com o *fora*, relação esta que “não para de subverter, de derrubar os diagramas” (DELEUZE, 2013, p. 101). Dito de outra forma, trata-se aqui de uma relação de forças que se dá consigo mesmo a partir dessa dobra do *fora*. É um poder de afetar-se constituindo do lado de dentro uma dimensão própria, muito mais difícil e que exige coragem, porque implica envolvimento e escolhas não mais codificadas nas relações de saber, nem coercitivas das relações de poder, mas, como já dito, facultativas e que afetam toda a condição de existência, configurando a dobra do si como uma dobra ontológica. Portanto, nessa inflexão, se a resistência, em Foucault, é a chave das relações de poder, a chave da resistência é a prática de si.

Aspecto importante a ser frisado é que, ainda segundo Deleuze, esse afeto de si por si, considera-se uma memória, ou seja, o tempo como subjetivação torna-se “absoluta memória” que reduplica o lado de *fora* e não se distingue do esquecimento, já que o dentro condensa o passado de forma descontínua, confrontando-o com o futuro e recriando-o. Com efeito, “enquanto o lado de fora está dobrado, um lado de dentro lhe é coextensivo, assim como a memória é coextensiva ao esquecimento”, sendo a vida, portanto, esta coextensividade (DELEUZE, 2013, p. 115). Significa

dizer que esta memória do *fora* está para além da memória dos arquivos e das sobrevivências presas aos diagramas, mas se configura enquanto memória do futuro que implica comprometer-se de modo voluntário com o que se deseja realizar, de modo que o esquecimento se dá associado a uma memória da vontade, na qual o passado é retomado por ser compreendido enquanto necessário e desejoso ao presente. É uma relação libertária e não utilitária e forçosa com a memória.

Salienta-se aqui a aproximação desta perspectiva com a promoção do esquecimento para Nietzsche que, conforme Barrenechea (2009), se dá enquanto digestão psíquica que opera a distensão perante as experiências passadas, criando um mecanismo de preservação orgânica. Implica dizer que ao agir como força plástica, o esquecimento permite a reconstituição por si e para si do passado, cooperando para o estabelecimento do domínio de si na estética existencial, já que o desenvolvimento de uma técnica de si que não se paute pelo julgamento, pode fazer da rememoração uma reativação de forças para emergência de novas condutas, onde “o pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, “pensar de outra forma” (futuro)” (DELEUZE, 2013, p. 127). Neste ponto, infere-se que o esquecimento intrínseco à memória também pode atuar como fator de resistência que favorece a plasticidade existencial, possibilitando o cuidado de si no projeto ético e estético de existência foucaultiano, já que na crítica da objetividade histórica, para o filósofo, o passado deve ser lembrado se necessário ao presente, pois que não há “sentido a ser descoberto nem na ação, nem em regras constituintes do tecido social” (SANTOS, 2012, p. 192).

Desta feita, buscamos mostrar que a relação com o *fora* perpassa por toda a obra do Foucault, sendo de fundamental importância para se pensar as condições de memória, subjetivação e resistência. Por um lado, o fora da linguagem, permite a problematização dos arquivos audiovisuais e, por conseguinte, da memória estratificada. Por outro lado, ao incluir as relações de força no complexo poder-saber, Foucault denuncia uma memória arquivística e permite pensar como resistir a partir dos deslizamentos sobre as relações de poder, de forma a criar outros modos de vida. Constitui, nesse ínterim, aquilo que Deleuze compreende enquanto uma memória do *fora* ou “absoluta memória” que é, então, pensar o passado contra o presente, resistindo-o, visando constituir novos modos de subjetivação, o que só se faz possível por meio de uma dobra do *fora* do lado de dentro que impacte e force o pensar, de modo a retomar para si o domínio da própria existência. Por sua vez, o estudo arqueogenalógico, ao se afastar da busca pelas origens e se mostrar para além das relações causais, permite a escavação e a problematização das marcas impressas na história, corroborando na identificação dos locais de emergência dos acontecimentos capazes de delinear e potencializar novos sentidos para criação de novos modos de vida.

REFERÊNCIAS

- BARRENECHEA. Miguel Angel de. **Nietzsche e o corpo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- DELEUZE. Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DREYFUS. Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT. Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000a.
- _____. **Nietzsche, a Genealogia e a História**. IN: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 15ª edição. 2000b.
- _____. **Poder-Corpo**. IN: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 15ª edição. 2000b.
- _____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- _____. **O jogo de Michel Foucault**. IN: **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- _____. **Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso**. IN: **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- _____. **Michel Foucault: Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade**. IN: **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- _____. **Subjetividade e verdade**. IN: **Ditos e escritos X: filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.
- _____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.
- LEVY, Tatyana Salém. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- REVEL. Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005
- SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2ª edição. 2012.